

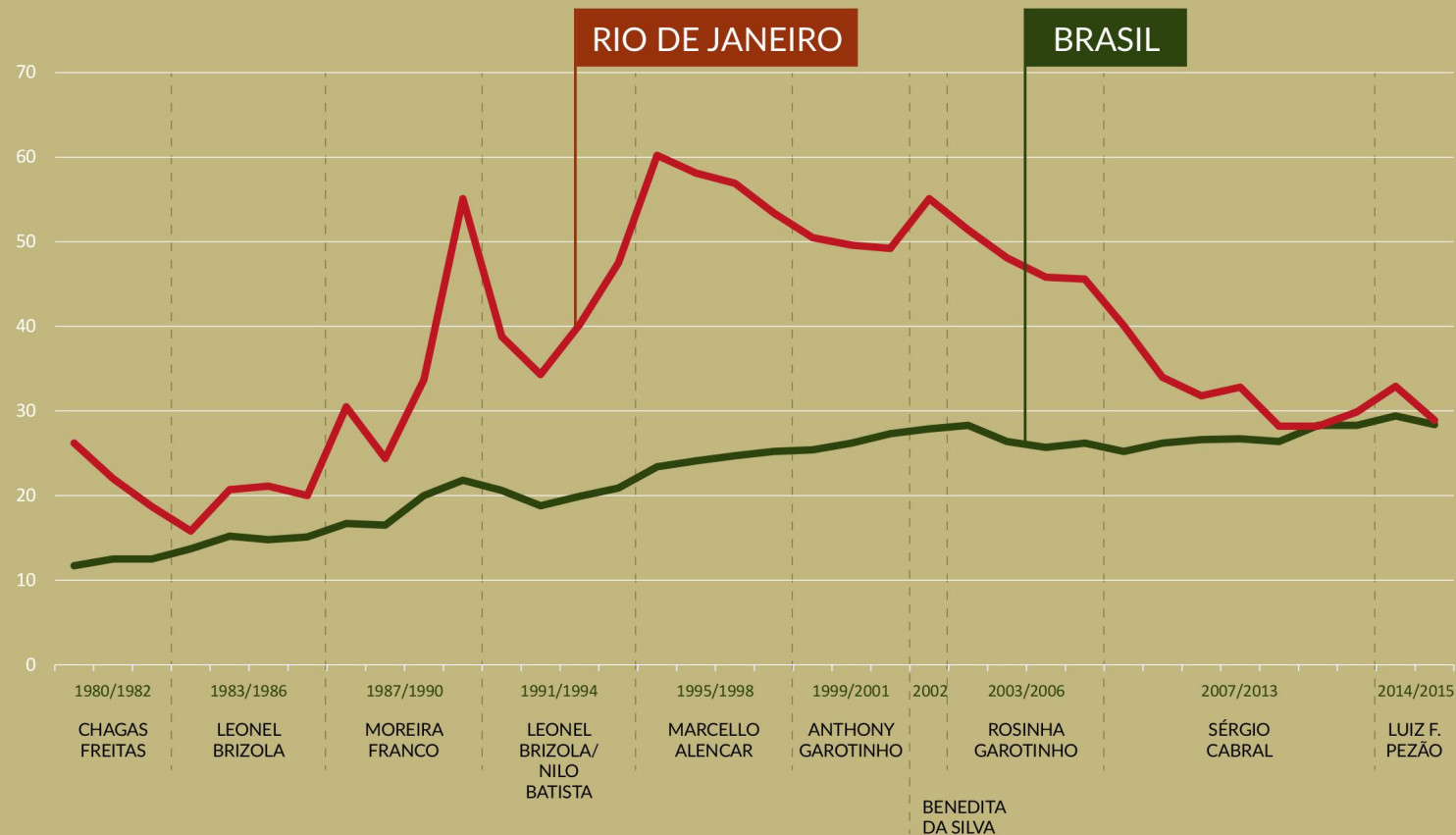


à deriva

sem programa, sem resultado, sem rumo

35 anos de homicídios

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - Datasus. Dados disponíveis apenas até 2015



Dez anos de mortes violentas, mortes pela polícia e roubos

Fonte: Instituto de Segurança Pública



Letalidade Violenta



Homicídios decorrentes de intervenção policial



Roubo

Mapa da intervenção

Fonte: Observatório da Intervenção



70
operações
monitoradas

40mil
agentes*

25
mortos

* 25 operações monitoradas utilizaram mais de 40 mil agentes, no total



Dados oficiais de Fevereiro/Março

Fonte: ISP | * imprensa



940

homicídios



209

pessoas mortas
pela polícia



19

policiais
mortos*

Número de tiroteios

Fonte Fogo Cruzado



1.299

tiroteios

(2 meses pré Intervenção)



1.502

tiroteios

(2 meses pós Intervenção)



294

mortos

193

feridos

12

chacinas

com

52

vítimas

Do que os moradores da Cidade do Rio de Janeiro têm medo (em %)

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/DataFolha.
Pesquisa em março de 2018.

Ser atingido(a)
por bala perdida

92

Morrer
assassinado

87

Ser ferido(a) ou
morto(a) em assalto

92

Ter sua casa
invadida ou roubada

84

Ficar no meio de tiroteio
entre policiais e bandidos

92

Sofrer violência
da Polícia Militar

70



DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

1. Interesses políticos do Planalto motivaram a decretação da intervenção federal na segurança do Rio. Definida às pressas, sem planejamento, recursos ou metas, continua na base do improviso, mesmo após dois meses. Em um país sem liderança nacional e às vésperas de um momento eleitoral tumultuado, traz novos riscos.

DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

2. Situações semelhantes às do Rio e até mais graves já aconteceram e continuam a acontecer. O que o governo federal fará se novas situações de descontrole urbano se apresentarem em outros locais do país ou se a situação no Rio se agravar? Vai decretar Estado de Emergência? Estado de Sítio?

DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

3. Havia outras soluções adequadas para a crise da Segurança no Rio. Mudanças na coordenação, medidas rigorosas de controle da corrupção, investimentos a longo prazo em investigação e inteligência, prioridade para a retirada de fuzis e outras armas de circulação, foco na redução de tiroteios e em políticas de proteção à vida, prioridade para investimentos nas áreas com piores indicadores (Baixada e São Gonçalo).

DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

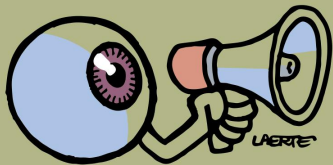
4. A governança e o modelo de segurança do Rio, que levaram o estado à atual crise aguda, devem ser mudados. **A intervenção não resolve problemas estruturais e cria outros.** Entre eles: o alto custo financeiro; o desgaste político do uso das Forças Armadas em operações urbanas violentas e inócuas; a interferência de militares em instituições civis, com impactos sobre a cena política; o reforço ao discurso de que problemas de segurança se combatem com estratégias de guerra.

DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

5. Depois de dois meses, os resultados práticos são preocupantes. Todos os indicadores de crimes contra a vida e o patrimônio se mantiveram nos patamares alarmantes do Carnaval; alguns pioraram. O comando da intervenção experimentou ou ameaçou implantar medidas que foram questionadas (mandados coletivos para favelas, fotografia e cadastramento de moradores, uso de regras de engajamento militar), mas na prática mantém operações de visibilidade em poucas áreas, enquanto autoriza as polícias fluminenses a manter a guerra às drogas nas favelas, provocadora de confrontos que expõem moradores e policiais ao fogo cruzado. Após dois meses, não houve ação de desarticulação de corrupção dentro das polícias, a despeito das promessas de ministros e autoridades. Nem mesmo comandantes dos batalhões mais violentos foram trocados.

DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

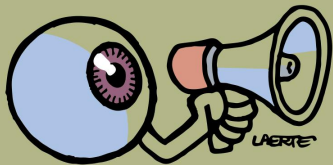
6. A maioria da população do Rio e do Brasil vê a intervenção com bons olhos, pois não acredita que as polícias e os políticos locais possam resolver os problemas que se agravaram. O fracasso das UPPs, a prisão do governador e de políticos que administraram o Rio por dez anos e a falência financeira do estado – juntamente com o medo quase universal de ser vítima da violência (92% da população em pesquisa de março de 2018) – justificam este apoio. Nas áreas mais inseguras, moradores acreditam que forças não corrompidas assumirão o controle da segurança, trazendo ordem e progresso a comunidades violentadas pela violência, mortes, extorsão e assaltos. Este é outro risco do momento atual. Caso as condições de insegurança se agravem, possivelmente isso levará uma parte da população a apoiar políticas oficiais de suspensão de direitos.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

1 Mortes decorrentes de ações policiais são a marca traumática de políticas de segurança no RJ desde os anos 1990:

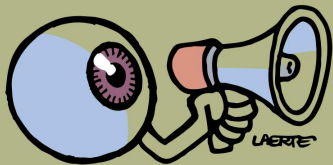
Estes serão os indicadores mais relevantes do monitoramento nos próximos meses. Por meio deles, será possível identificar se mudanças reais nas políticas estão sendo implementadas.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

2 Continuaremos monitorando as investigações do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e exigindo que este crime seja esclarecido.

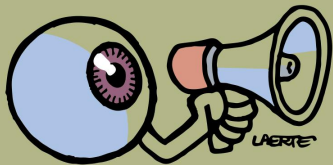
A investigação exemplar destas duas ocorrências é necessária para evitar que ações criminosas semelhantes continuem a ocorrer.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

3 A Baixada Fluminense configura um desafio de segurança no estado.

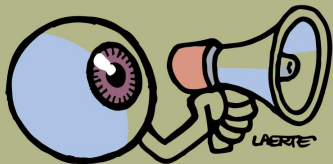
A ver se neste período será revertida a tendência histórica de indiferença em relação à redução de crimes contra a vida na Baixada, em São Gonçalo e outros municípios da região metropolitana.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

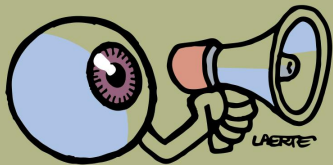
- 4 Investimentos em segurança a curto prazo (aumento de efetivo, melhorias estruturais em batalhões e delegacias, renovação e aumento da frota, aquisição de equipamentos de tecnologia etc.) devem corresponder a prioridades.

Aguardamos o cumprimento das promessas de transparência na gestão feitas pelo comando da intervenção nas primeiras semanas após o decreto.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

- 5 O interesse empresarial em priorizar o combate aos roubos de cargas não pode comandar as políticas de segurança. A prioridade deve ser sempre proteger vidas, e não cargas.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

6 As doações de representantes de indústrias de armas e munições para as forças policiais e militares e as notícias de sua interlocução com o comando da intervenção levantam dúvidas sobre se veremos a implantação de políticas que aumentarão o uso de armamentos e munições.

A vida deve ser o centro das políticas de segurança.

www.observatoriodaintervencao.com.br